META 2 - 2009

Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores)

Legenda	
P1	Quantidade Total de Processos Pendentes de Julgamento em 31/12/2008 com os que entraram e sairam da meta
P2	Quantidade Total de Processos Julgados

JUSTIÇA MILITAR			
Sigla	P1	P2	Cump. Meta(%)
STM	24	15	96,4
TJMMG	327	327	100
TJMRS	15	15	100
TJMSP	307	307	100
TOTAL	673	664	98,66%

Meta 2 / 2010

Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007.

	Legenda
P2.13	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que não foram nela julgados até 31/12/2009
P2.14	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que não foram nela julgados até 31/12/2009
P2.15	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência
P2.16	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência
P2.17	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência

P2.18	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência
P2.19	Número total de processos de conhecimento não criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez.
P2.20	Número total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância entre 01/01/2006 e 31/12/2007 e que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez.

JUSTIÇA MILITAR			
Sigla	Passivo Atual	Julgados	Cump. Meta (%)
STM	82	78	95,12
TJMMG	399	399	100
TJMRS	20	20	100
TJMSP	565	565	100
TOTAL	1066	1062	99,62%

Meta 4 / 2010

Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.

Legenda	
P4.1	Número total de decisões colegiadas (acórdãos) no mês de referência
P4.2	Número total de decisões colegiadas (acórdãos) publicadas (primeiro ou única publicação) em até 10 (dez) dias após a data da sessão de julgamento ocorrida no mês de referência

JUSTIÇA MILITAR			
Sigla	Qtd. Acordãos no mês de referência	Qtd. Acordãos Publicados no mês de referência	Cump. Meta (%)
STM	722	391	60,17
Sigla	Qtd. Acordãos no mês de referência	Qtd. Acordãos Publicados no mês de referência	Cump. Meta (%)
TJMMG	60	60	100
TJMRS	38	38	100
TJMSP	72	72	100
TOTAL	170	170	111,11%

Meta 5 / 2010

Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau.

Legenda	
P5.1	Número total de unidades judiciárias de 1º grau do tribunal em 30/06/2010
P5.2	Número total de unidades judiciárias de 1º grau em que foi efetivamente implantada metodologia de gerenciamento de rotinas.
P5.3	Número total de unidades judiciárias de 1º grau em que foi efetivamente implantada metodologia de gerenciamento de rotinas.

	JUSTIÇA MILITAR				
Sigla	Qtd. unid. judic.	Qtd. unid. c/ met. implatado	Qtd. unid. c/ met. Implatado c/ limitador	Cump. Meta sem limitador de 100% (%)	Cump. Meta (%)
JMU	18	0	0	0	0
TJMMG	3	3	1,5	200,00%	100
TJMRS	4	4	2	200,00%	100
TJMSP	5	5	2,5	200,00%	100
TOTAL	12	12	6	200,00%	100%

Meta 7 / 2010

Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência.

Legenda		
P7.1	Foi disponibilizada no mês de referência a produtividade dos magistrados de 1º grau no portal do tribunal, inclusive a quantidade de julgamentos com e sem resolução do mérito e homologatórios de acordo, apontada a competência em que o magistrado estava atuando?	
P7.2	Foi disponibilizada no mês de referência a produtividade dos magistrados do tribunal no portal do tribunal, inclusive a quantidade de julgamentos com e sem resolução do mérito e homologatórios de acordo, apontada a competência em que o magistrado estava atuando?	

JUSTIÇA MILITAR			
Sigla	Cump. 1° grau	Cump. Tribunal	Cump. Meta (%)
STM	Não Aplicável	0	0
TJMMG	100	100	100
TJMRS	100	100	100
TJMSP	100	100	100

Meta 8 / 2010

Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino à distância.

	Legenda
P8.9	Qual a quantidade de magistrados de 1º grau (Mag1º e MagJE do Justiça em Números) no mês em referência?
P8.10	Qual a quantidade de magistrados de instâncias de revisão (Mag2º, MagTR, MagTST, MagSTJ, MagSTM do Justiça em Números) no mês em referência?
P8.11	Qual a quantidade de magistrados de 1º grau (Mag1º e MagJE do Justiça em Números) capacitados em administração judiciária?
P8.12	Qual a quantidade de magistrados de instâncias de revisão (Mag2º, MagTR, MagTST, MagSTJ, MagSTM do Justiça em Números) capacitados em administração judiciária?

	JUSTIÇA MILITAR								
Sigla	Qtd. de Mag.	Qtd. Mag. Capacitados	Qtd. Mag. Capacitados c/ limitador de 100%	Cump. Meta (%)					
JMU	63	32	32,15	100					
TJMMG	13	9	6,5	100					
TJMRS	15	8	7,5	100					
TJMSP	14	8	7	100					
TOTAL	105	57	52,15	100%					

Meta 1 / 2011

Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

	Legenda
P1.1	O tribunal possui unidade que gerencia o seu portfólio de projetos estratégicos?
P1.2	A unidade é responsável pelo alinhamento do portfólio de projetos estratégicos aos objetivos estratégicos do tribunal?
P1.3	A unidade elabora e implanta metodologia de gerenciamento de projetos?
P1.4	Os documentos e procedimentos de gerenciamento dos projetos são padronizados?
P1.5	A unidade é responsável pelo assessoramento da alta administração nas decisões acerca dos projetos estratégicos?
P1.6	A unidade é responsável pelo assessoramento da alta administração na escolha de ferramentas de gerenciamento de projetos?
P1.7	A unidade oferece aos proponentes de projetos suporte para a elaboração de propostas de projetos à instituição?

P1.8	A unidade orienta os gestores na condução de todas as etapas de execução do projeto?
P1.9	A unidade promove a disponibilização permanente de Informações sobre os projetos em andamento para o público interno e/ou externo?
P1.10	A unidade mede e divulga o desempenho na execução dos projetos para o público interno?

	JUSTIÇA MILITAR											
Sigla	Sigla P1.1 P1.2 P1.3 P1.4 P1.5 P1.6 P1.7 P1.8 P1.9 P1.10 Cump. Meta							Percentual de Cumprimento				
STM	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	SIM	100%
TJMMG	N	N	N	N	N	N	N	N	Ν	Ν	NÃO	0%
TJMRS	S	S	S	S	S	S	S	S	N	Ν	NÃO	80%
TJMSP	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	SIM	100%

Meta 2 / 2011

Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

	Legenda
P2.1	O tribunal possui, dentre suas unidades judiciárias de primeiro grau, uma ou mais com sistema de gravação de som e imagem das audiências implantado?
P2.2	O registro de gravação de som e imagem das audiências é feito em formato digital?
P2.3	A unidade judiciária é tratada como piloto ou experimental e serve de ambiente de desenvolvimento da metodologia de trabalho e de seleção de alternativas de software e hardware até que se alcance modelo que possa ser replicado para as demais unidades judiciárias, havendo confirmação de validade legal, funcionalidade, eficiência, segurança, longevidade, e interoperabilidade?
P2.4	O sistema compreende a geração de cópia de segurança?
P2.5	O sistema permite o fornecimento de cópia para partes, advogados e outros interessados, ou a disponibilização de acesso para que as cópias sejam obtidas com meios próprios?
P2.6	O sistema permite a marcação de tempo ao longo da gravação, e de pontos de troca de orador, de assunto, ou de fase da audiência, para fácil e rápida localização?

JUSTIÇA MILITAR									
Sigla	P2.1	P2.2	P2.3	P2.4	P2.5	P2.6	Cump. Meta	Percentual de Cumprimento	
STM	N	N	N	N	N	N	NÃO	0%	
TJMMG	S	S	S	S	S	S	SIM	100%	
TJMRS	S	S	S	S	S	S	SIM	100%	
TJMSP	S	S	S	S	S	S	SIM	100%	

Meta 4 / 2011

Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Legenda					
P4.1	Foi implantado pelo menos um programa de esclarecimento ao público?				

	JUSTIÇA MILITAR	
Sigla	P4.1	Cump. Meta
STM	S	SIM
TJMMG	S	SIM
TJMRS	S	SIM
TJMSP	S	SIM

Meta 8 / 2011

Implantar a gestão de processos em pelo menos 50% das rotinas administrativas, visando implementação do processo administrativo eletrônico.

	Legenda							
P8.1	Número de rotinas/processos levantados na unidade							
P8.2	Número de rotinas/processos redesenhados e implantados na unidade seguindo a metodologia da gestão de processos							

JUSTIÇA MILITAR								
Sigla	P8.1	P8.2	Cump. Meta					
STM	0	0	0,00%					
TJMMG	22	0	0,00%					
TJMRS	9	5	111,11%					
TJMSP	32	32	200,00%					

Meta 2 / 2012

Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2007, no STJ; 70%, em 2009, na Justiça Militar da União; 50%, em 2007, na Justiça Federal; 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2008, na Justiça do Trabalho; 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral; 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados; e 90% em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º grau da Justiça Estadual

	JUSTICA MILITAR												
Sigla	P2.1	P2.2	P2.4	P2.5	P2.7	P2.8		P2.11	P2.13	P2.14	P2.16	P2.17	Cump. Meta (%)
STM	0	3993	0	11	0	17	0	91	0	3867	0	16	142,39%
	JUSTIÇA MILITAR												
Sigla	P2.1	P2.2	P2.4	P2.5	P2.7	P2.8	P2.10	P2.11	P2.13	P2.14	P2.16	P2.17	Cump. Meta (%)
TJMMG	2416	1280	0	77	0	1	56	227	2357	938	2	137	109,43%
TJMRS	845	2024	0	2	4	31	6	206	842	1735	0	0	109,27%
TJMSP	2923	2003	0	0	0	0	196	234	2730	1745	0	0	110,64%
TOTAL	6184	5307	0	79	4	32	258	667	5929	4418	2	137	109,91%

Meta 3 / 2012

Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça

	Legenda						
P3.1	O portal oferece serviço de informações processuais ao público?						
P3.2	São disponibilizadas informações sobre o andamento de todos os processos?						
P3.3	As informações sobre andamento processual são atualizadas automaticamente?						
P3.4	É disponibilizado o conteúdo de todas as decisões: despachos, decisões interlocutórias e acórdãos proferidos a partir de janeiro de 2012?						
P3.5	É disponibilizado o inteiro teor das decisões?						

			JUSTIÇ <i>A</i>	MILITAR			
Sigla	P3.1	P3.2	P3.3	P3.4	P3.5	Cump. Meta	Percentual de Cumprimento
STM	S	S	S	N	S	NÃO	80%
TJMMG	S	S	S	S	S	SIM	100%
TJMRS	S	S	S	S	S	SIM	100%
TJMSP	S	S	S	S	S	SIM	100%

Meta 4 / 2012

Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação

Legenda			
P4.1	O tribunal instituiu a figura do Juiz de Cooperação?		
P4.2	O tribunal constituiu núcleo de cooperação judiciária?		

JUSTIÇA MILITAR					
Sigla	P4.1	P4.2	Cump. Meta Percentual Cumprime		
STM	S	S	SIM	100%	
TJMMG	S	S	SIM	100%	
TJMRS	S	S	SIM	100%	
TJMSP	S	S	SIM	100%	

Meta 6 / 2012

Implantar sistema de videoconferência em, pelo menos, uma unidade judiciária, para oitiva de testemunhas, em cooperação com outros segmentos de justiça

	testernamias) em cooperação com outros segmentos de justiça				
	Legenda				
P6.1	O tribunal possui, dentre suas unidades judiciárias de primeiro grau, uma ou mais com sistema de gravação de som e imagem das audiências implantado?				
P6.2	O registro de gravação de som e imagem das audiências é feito em formato digital?				
P6.3	A unidade judiciária é tratada como piloto ou experimental e serve de ambiente de desenvolvimento da metodologia de trabalho e de seleção de alternativas de software e hardware até que se alcance modelo que possa ser replicado para as demais unidades judiciárias, havendo confirmação de validade legal, funcionalidade, eficiência, segurança, longevidade, e interoperabilidade?				
P6.4	O sistema compreende a geração de cópia de segurança?				
P6.5	O sistema permite o fornecimento de cópia para partes, advogados e outros interessados, ou a disponibilização de acesso para que as cópias sejam obtidas com meios próprios?				
P6.6	O sistema permite a marcação de tempo ao longo da gravação, e de pontos de troca de orador, de assunto, ou de fase da audiência, para fácil e rápida localização?				

	JUSTIÇA MILITAR							
Sigla	P6.1	P6.2	P6.3	P6.4	P6.5	P6.6	Cump. Meta	Percentual de Cumprimento
TJMMG	S	S	N	N	N	N	NÃO	33,33%
TJMRS	N	N	N	N	N	N	NÃO	0%
TJMSP	S	S	S	S	S	S	SIM	100%

Meta 8 / 2012

Implantar o processo eletrônico em pelo menos cinco rotinas administrativas

Legenda			
P8.1	Número de rotinas/processos mapeados na unidade.		
P8.2	Número de rotinas/processos implantados na unidade.		

JUSTIÇA MILITAR				
Sigla	P8.1	P8.2	Cump. Meta	
TJMMG	22	5	SIM	
TJMRS	18	5	SIM	
TJMSP	32	8	SIM	

Meta 9 / 2012

Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em 100% das unidades judiciárias de primeiro grau

Legenda				
P9.1	Número de unidades judiciárias de primeiro grau vinculadas ao tribunal			
P9.2	Número de unidades judiciárias de primeiro grau dotadas de sistema de gravação audiovisual de audiências que atendem os critérios de validade legal, funcionalidade, eficiência, segurança, longevidade e interoperabilidade			

JUSTIÇA MILITAR				
Sigla P9.1 P9.2 Cump. Meta (%)				
TJMMG	3	3	100,00%	
TJMRS	4	4	100,00%	
TJMSP	3	3	100,00%	

Meta 19 / 2012

Desenvolver normas e política de gestão documental para a Justiça Militar da União

Legenda		
P19.1	Foram desenvolvidas normas e política de gestão documental para a Justiça	
P13.1	Militar da União ?	

TRIBUNAIS SUPERIORES			
Sigla P19.1 Cump. Meta			
STM	S	SIM	

Meta 1 / 2013

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.

	Legenda
P1.1	Número total de processos de conhecimento não criminais novos distribuídos no mês de referência
P1.2	Número total de processos de conhecimento criminais novos distribuídos no mês de referência
P1.3	Número total de processos de conhecimento não criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento em 2013
P1.4	Número total de processos de conhecimento criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento em 2013
P1.5	Número total de processos não-criminais distribuídos no exercício de 2013 e que no mês de referência saíram da meta por cancelamento da distribuição ou remessa para outro tribunal ou jurisdição
P1.6	Número total de processos criminais distribuídos no exercício de 2013 e que no mês de referência saíram da meta por cancelamento da distribuição ou remessa para outro tribunal ou jurisdição

	JUSTIÇA MILITAR							
Sigla	P1.1	P1.2	P1.3	P1.4	P1.5	P1.6	Cump. Meta (%)	
STM	0	817	0	881	0	0	107,71%	
TJMMG	1262	713	1527	983	11	1	127,81	
TJMRS	128	671	137	665	1	6	101,14	
TJMSP	902	1118	924	1250	0	0	107,57	
TOTAL	2292	3319	2588	3779	12	7	113,84%	

Meta 2 / 2013

Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008, no STJ; 70%, em 2010 e 2011, na Justiça Militar da União; 50%, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2009, na Justiça do Trabalho; 90%, em 2010, na Justiça Eleitoral; 90%, em 2011, na Justiça Militar dos Estados; e 90%, em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º grau da Justiça Estadual.

	Legenda
P2.1	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no ANO BASE
P2.2	Número total de processos de conhecimento criminais distribuídos na instância no ANO BASE, excluídos os de classe 282 (ação penal de competência do júri) e aqueles recursais em processos que eram originalmente dessa classe
P2.4	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no ANO BASE e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência
P2.5	Número total de processos de conhecimento criminais distribuídos na instância no ANO BASE, excluídos os de classe 282 (ação penal de competência do júri) e aqueles recursais em processos que eram originalmente dessa classe, e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência
P2.7	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no ANO BASE e que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência
P2.8	Número total de processos de conhecimento criminais distribuídos na instância no ANO BASE, excluídos os de classe 282 (ação penal de competência do júri) e aqueles recursais em processos que eram originalmente dessa classe, e que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência

P2.10	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no ANO BASE e que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2013
P2.11	Número total de processos de conhecimento criminais distribuídos na instância no ANO BASE e que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2013, excluídos os de classe 282 (ação penal de competência do júri) e aqueles recursais em processos que eram originalmente dessa classe
P2.13	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no ANO BASE e que foram julgados até 31/12/2012
P2.14	Número total de processos de conhecimento criminais distribuídos na instância no ANO BASE, excluídos os de classe 282 (ação penal de competência do júri) e aqueles recursais em processos que eram originalmente dessa classe, e que foram julgados até 31/12/2012
P2.16	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no ANO BASE e que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, e que não mais voltaram, até 31/12/2012
P2.17	Número total de processos de conhecimento criminais distribuídos na instância no ANO BASE e que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, e que não mais voltaram, até 31/12/2012

	TRIBUNAIS SUPERIORES																		
Sigla	P2.1	P2.2	P2.3	P2.4	P2.5	P2.6	P2.7	P2.8	P2.9	P2.10	P2.11	P2.12	P2.13	P2.14	P2.15	P2.16	P2.17	P2.18	Cump. Meta (%)
STM	0	2982	0	0	2	0	0	12	0	0	195	0	0	2660	0	0	16	0	137,98

									JUSTIÇA	MILITAR									
Sigla	P2.1	P2.2	P2.3	P2.4	P2.5	P2.6	P2.7	P2.8	P2.9	P2.10	P2.11	P2.12	P2.13	P2.14	P2.15	P2.16	P2.17	P2.18	Cump. Meta
TJMMG	1086	426	0	0	43	0	0	11	0	53	160	0	1030	194	0	0	105	0	110,96
TJMRS	163	670	0	0	13	0	2	14	0	2	208	0	163	454	0	0	0	0	110,71
TJMSP	964	748	0	6	0	0	2	0	0	16	122	0	951	622	0	0	0	0	110,79
TOTAL	2213	1844	0	6	56	0	4	25	0	71	490	0	2144	1270	0	0	105	0	110,83%

Meta 3 / 2013

Julgar 90% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais, e dos processos de natureza especial em até 120 dias.

	Legenda
P3.1	Número de recursos cíveis julgados em até 120 dias.
P3.2	Número de recursos criminais julgados em até 120 dias.
P3.3	Número de ações cíveis originárias julgadas em até 120 dias.
P3.4	Número de ações criminais originárias julgadas em até 120 dias
P3.5	Número de processos de natureza especial (representação para perda de graduação, representação para declaração de indignidade/incompatibilidade e conselho de justificação) julgados em até 120 dias.
P3.6	Número total de recursos cíveis distribuídos
P3.7	Número total de recursos criminais distribuídos
P3.8	Número total de ações cíveis originárias distribuídas
P3.9	Número total de ações criminais originárias distribuídas
P3.10	Número total de processos de natureza especial (representação para perda de graduação, representação para declaração de indignidade/incompatibilidade e conselho de justificação) distribuídos

	Total de recursos cíveis e criminais, ações originárias cíveis e criminais e de natureza especial
P3.11	que ingressaram na instância e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou
	por passarem a se enquadrar à meta.
	Total de recursos cíveis e criminais, ações originárias cíveis e criminais e de natureza especial
P3.12	que ingressaram na instância e saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos
	critérios da meta, que não por julgamento

						JUSTIÇ	A MILIT	AR					
Sigla	P3.1	P3.2	P3.3	P3.4	P3.5	P3.6	P3.7	P3.8	P3.9	P3.10	P3.11	P3.12	Cump. Meta (%)
TJMMG	754	196	8	3	15	770	239	18	5	22	290	338	107,8
TJMRS	66	254	2	17	13	79	367	0	12	13	156	275	111,11
TJMSP	369	285	25	96	68	433	378	36	100	114	286	477	107,66
TOTAL	1189	735	35	116	96	1282	984	54	117	149	732	1090	108,27%

Meta 4 / 2013

Implantar o processo judicial eletrônico em 25% das unidades judiciárias

	Legenda							
P4.1	O tribunal possui, pelo menos, 25% de suas unidades judiciárias com sistema de processo judicial eletrônico?							
P4.2	O sistema compreende a geração de cópia de segurança?							
P4.3	O sistema permite o acesso de documentos às partes, advogados e outros interessados, obedecendo a critérios de permissão de acesso previamente definidos na Política de Segurança de Informações de cada tribunal?							

	JUSTIÇA MILITAR							
Sigla	P4.1	P4.2	P4.3	Cump. Meta				
TJMMG	N	N	N	NÃO				
TJMRS	N	N	N	NÃO				
TJMSP	N	N	N	NÃO				

Meta 16 / 2013

Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal

	Legenda
P16.1	O tribunal mantém unidade de Controle Interno, de acordo com a meta de nivelamento nacional do CNJ nº 9 (Anexo I da Resolução CNJ nº 70/2009)?
P16.2	A unidade de controle interno está diretamente vinculado à presidência?
P16.3	A unidade de controle interno atua com base em processo de trabalho definido e documentado na realização de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização?
P16.4	A unidade de controle interno atua com base em normas técnicas e em regulamentos específicos para área?
P16.5	Há previsão regimental ou outro normativo que define as competências das atividades de controle interno?
P16.6	Há recursos humanos suficientes para realizar as atividades de controle interno?
P16.7	O tribunal promove/estimula ações de capacitação para o melhor desempenho das atividades desenvolvidas pela equipe de controle interno?

P16.8	Há infraestrutura tecnológica para apoiar os processos de trabalho?
P16.9	Oferece orientações presenciais e à distância focadas no trabalho desempenhado pelos gestores sobre a correta aplicação dos recursos públicos?
P16.10	A unidade de controle interno se abstém de exercer atividades próprias e típicas de gestão, assessoria jurídica, etc., que possam comprometer a independência de sua atuação?
P16.11	A unidade de controle interno tem acesso irrestrito e imediato a todo e qualquer documento físico ou eletrônico e a registros de atos de gestão praticados pelos dirigentes e servidores da instituição?
P16.12	A unidade de controle interno mantém programa de monitoramento da qualidade do trabalho de auditoria interna?
P16.13	A unidade de controle interno tem autonomia para definir diretrizes, princípios e conceitos adotando as normas técnicas aplicáveis à ação de controle interno visando à qualidade e integração dos procedimentos de controle?
P16.14	Nos últimos 12 meses foi realizada auditoria de avaliação de controles internos visando aferir a adequação dos controles administrativos no enfrentamento de riscos?
P16.15	As atividades da unidade de Controle interno são realizadas conforme planejamento pré-estabelecido?
P16.16	A unidade de Controle Interno se abstém de exercer o papel de assessoramento dos gestores na definição de estratégias para gerenciamento de riscos, na identificação e avaliação dos riscos e na definição, implantação e no monitoramento de controles internos para mitigar os riscos ?
P16.17	A unidade de Controle Interno promove avaliação/diagnóstico dos sistemas de controles internos administrativos?

	JUSTIÇA MILITAR																		
Sigla	P16. 1	P16 .2	P16 .3	P16 .4	P16 .5	P16 .6	P16 .7	P16 .8	P16 .9	P16. 10	P16. 11	P16. 12	P16. 13	P16. 14	P16. 15	P16. 16	P16 .17	Cum. Meta	Percentual Cump.
STM	S	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	N	S	N	S	N	N	NÃO	70,59%
TJMM G	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	NÃO	94,12%
TJMRS	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	N	N	S	N	N	NÃO	70,59%
TJMSP	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	SIM	100%
Respo stas Positi vas	4	4	3	4	4	3	4	3	3	4	4	3	3	2	4	2	2	82,35%	
Respo stas Negati vas	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	2	0	2	2		

Meta 17 / 2013

Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos

	Legenda
P17.1	O Tribunal adotou procedimento administrativo para apuração de irregularidades e aplicação de penalidades (suspensão e declaração de inidoneidade) de empresas?
P17.2	O Tribunal adotou a segregação da função de análise e aprovação de edital?
P17.3	O Tribunal criou cadastro, ou adota outro mecanismo de controle de empresas impedidas de licitar com o Poder Público?
P17.4	O Tribunal instituiu minuta padrão para a elaboração dos contratos?
P17.5	O processo de aquisição tramita pelas áreas administrativas, técnicas, jurídica e de controle, quando aplicável, antes de efetivar a despesa?
P17.6	O Tribunal fixou parâmetros de exigência para emissão e recebimento dos atestados de capacidade técnica?
P17.7	O Tribunal implantou Procedimento Administrativo Virtual?
P17.8	O Tribunal fixou prazos para a realização dos atos administrativos no procedimento licitatório?

P17.9	O Tribunal adotou o mapeamento de processos de licitação de obras de engenharia?
P17.10	O Tribunal qualificou servidores na competência de análise de mercado?
P17.11	O Tribunal adotou metodologia de pesquisa de mercado?
P17.12	O Tribunal adotou sistema de compras por meio eletrônico?
P17.13	O Tribunal transmite em tempo real pela internet as sessões de julgamento dos procedimentos licitatórios, para a modalidade pregão eletrônico?

JUSTIÇA MILITAR															
Sigla	P17.1	P17.2	P17.3	P17.4	P17.5	P17.6	P17.7	P17.8	P17.9	P17.10	P17.11	P17.12	P17.13	Cump. Meta	Percentual de Cumprimento
STM	S	S	S	S	S	S	N	S	N	S	S	N	S	NÃO	76,92%
TJMMG	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	S	N	N	NÃO	69,23%
TJMRS	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	SIM	100%
TJMSP	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	SIM	100%
Respostas Positivas	4	4	4	4	4	4	3	4	2	3	4	2	2	:	34,61%
Respostas Negativas	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1	0	2	2		

Meta 18 / 2013

	Legenda
	Número total de processos de conhecimento em ações de improbidade administrativa
P18.1	distribuídos e não julgados na instância até 31.12.2011 (excluídos os suspensos até
	31/12/2012). Número total de processos de conhecimento em ações penais relacionadas a crimes contra a
P18.2	administração pública distribuídos e não julgados na instância até 31.12.2011 (excluídos os
1 10.2	suspensos até 31/12/2012)
	Número total de processos de conhecimento em ações de improbidade administrativa
P18.3	distribuídos na instância até 31.12.2011 e que entraram na meta por saírem de situação de
	suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.
	Número total de processos de conhecimento em ações penais relacionadas a crimes contra a
P18.4	administração pública distribuídos na instância até 31.12.2011 e que entraram na meta por
	saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês
	de referência.
540.5	Número total de processos de conhecimento em ações de improbidade administrativa
P18.5	distribuídos na instância até 31.12.2011 e que saíram da meta por suspensão ou não
	enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.
	Número total de processos de conhecimento em ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídos na instância até 31.12.2011 e que saíram da meta por
P18.6	suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de
	referência.
	Número total de processos de conhecimento em ações de improbidade administrativa
P18.7	distribuídos na instância até 31.12.2011 e que, no mês de referência, foram nela julgados pela
	primeira ou única vez no ano de 2013
	Número total de processos de conhecimento em ações penais relacionadas a crimes contra a
P18.8	administração pública distribuídos na instância até 31.12.2011 e que, no mês de referência,
	foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2013.
P18.9	Número total de processos de conhecimento em ações de improbidade administrativa
. 10.3	distribuídos na instância até 31.12.2011 e que foram julgados em 2012

Número total de processos de conhecimento em ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídos na instância até 31.12.2011 e que e que foram julgados em 2012.

	JUSTIÇA MILITAR												
Sigla	P18.1	P18.2	P18.3	P18.4	P18.5	P18.6	P18.7	P18.8	P18.9	P18.10	Cump. Meta (%)		
STM	DNL	DNL	DNL	DNL	DNL	DNL	DNL	DNL	DNL	DNL	DNL		
TJMMG	0	159	0	19	0	2	0	60	0	100	90,91		
TJMRS	0	262	0	2	0	15	0	91	0	154	98,39		
TJMSP	0	315	0	0	0	0	0	75	0	237	99,05		
TOTAL	0	736	0	21	0	17	0	226	0	491	96,89%		

^{*}DNL – Dados não lançados pelo tribuna no sistema de metas.